

Lava Jato completa 10 anos sob disputa política por seu papel histórico

Continuação da pág. A4

Não há dúvida de que a operação Lava Jato teve um impacto profundo na política brasileira. O professor de ciência política Bruno Pinheiro Wanderley Reis, da UFPA (Universidade Federal do Pará), afirmou em ensaio, em 2017, que a Lava Jato seria para o combate à corrupção o que o Plano Cruzado tinha sido para a inflação. Nos anos seguintes, o plano econômico, que ganhou enorme popularidade por conter a alta dos preços, acabou tendo efeito efêmero, e posteriormente o problema se agravou. Hoje, Reis vê aquele momento como uma ocasião em que o país cometeu "baixaria" em público, interpretando

tando como corrupção práticas indesejáveis que tinham sido legalizadas por legislação ruim — em referência às doações eleitorais feitas por empresas e que estão proibidas desde 2015.

"Na hora em que há um esboço demagógico em torno do tema corrupção, você produz o efeito de desestabilizar o sistema político, e aí fica todo mundo à deriva. Quando alguém é eleito em cima dessa atmosfera, o que faz é desmanchar controles. Foi claramente o que Bolsonaro fez, desorganizando todo o sistema."

O professor diz que os procuradores "estavam serrando o galho institucional sobre o qual estavam sentados" e que é preciso "uma certa pa-

cificação e estabilização política" para as instâncias de controle agirem com autonomia. Reis também considera que o saldo da operação ainda é pensado "com uma benevolência que ela não merece".

Existe uma opinião muito disseminada: "O sistema era corrupto, foi uma tentativa. Ela [Lava Jato] é irresponsável do início ao fim, mesmo se fosse bem-intencionada. No momento em que se permite violar regras para avançar a sua causa, ainda mais sendo um servidor público que tem obrigações, isso é a disseminação da cultura autoritária."

Os efeitos eleitorais da Lava Jato antecederam a vitória de Bolsonaro, em 2018. Já na eleição municipal de 2016, quando a operação era um

dos principais temas do noticiário, surgiram candidaturas tentando se promover pegando a distância da política. Venceram assim Alexandre Kalil (hoje no PSD), em Belo Horizonte, e João Dória (ex-PSDB), em São Paulo.

O professor de ciência política da Universidade Federal de Pernambuco Marcus André Melo, afirma que as discussões sobre a Lava Jato não costumam levar em conta o contexto do país à época, citando que já existia uma mobilização social pondo "a corrupção como questão central da agenda pública".

Melo, que é colunista da Folha, menciona os esforços pela Lei da Ficha Limpa, em 2010, aprovada após a coleta de milhões de assinaturas, e

o ineditismo do julgamento no STF do escândalo do mensalão. Lembra ainda a repercussão da anulação no Judiciário de grandes operações da PF anos antes, como o Castelo de Areia e a Satiagraha.

Ou seja, a luta contra a corrupção não foi produto de alguns juízes e procuradores jacobinos. O tamanho da Lava Jato foi proporcional ao tamanho do problema, a magnitude de que estava em jogo. Era uma demanda da sociedade muito importante.

O acadêmico afirma que houve razões conjunturais para a Lava Jato ganhar a proporção que tomou. "O Brasil era naquela ocasião o país do mundo com o maior volume de obras públicas simultâneas, com exceção da China. Si-

multaneamente houve a construção de estádios da Copa de 2014, as Olimpíadas de 2016 e a descoberta do pré-sal."

Melo também critica o debate centrado nas figuras de Moro e Deltan. "Interessa um pouco a essa narrativa [de opositores da operação] individualizar. O Sérgio Moro era só uma peça naquela engrenagem. Em larga medida, as decisões de Moro foram endossadas pelo TQF [Tribunal Regional Federal da 4ª Região], pelo STJ [Superior Tribunal de Justiça] e até pelo STF, que hoje mudou de posição."

Sobre o desfecho dos processos, ele entende que houve uma "anistia judicial", que tem relação com o histórico de anistias concedidas em outros momentos no Brasil.

Personagens, imagens e episódios polêmicos marcaram operação

Lava Jato investigou presidentes, prendeu empreiteiros e foi questionada por medidas consideradas abusivas

LAVA JATO, 10 ANOS

São PAULO Dez anos depois de sua primeira fase, a Operação Lava Jato permanece no debate político do país, com desdobramentos ainda em andamento no Judiciário e discussões sobre medidas tomadas no auge das investigações. Se em Curitiba, foram 18 fases deflagradas até 2021, ano em que a força-tarefa de procuradores na operação foi encerrada. As investigações miraram políticos, operadores financeiros, ex-executivos de estatais e empresários e geraram acordos de colaboração e de devolução de recursos.

5 ALVOS

Lula (PT)

Principal liderança política do país, o hoje presidente foi réu em quatro processos no Paraná e ficou 580 dias preso em Curitiba após a sentença de caso triplex, mas acabou vencendo a eleição de 2022.

Eduardo Cunha (ex-MDB)

A Lava Jato foi crucial para tirá-lo da presidência da Câmara, em 2016, em meio à revelação de que tinha contado no exterior. Ficou três anos e meio preso no Paraná.

Michel Temer (MDB)

O embaixador foi preso em 2019 em ação da força-tarefa do Rio de Janeiro dois meses após deixar o cargo de presidente. Acabou detido por poucos dias e posteriormente conseguiu uma sequência de vitórias judiciais.

Fernando Collor

O ex-presidente foi condenado no STF em 2021 em ação derivada da operação sobre pagamentos da empreiteira UTC e a guarda recursos em liberdade.

Sérgio Cabral (ex-MDB)

O ex-governador foi o principal réu do braço da operação no Rio de Janeiro. Ficou seis anos preso e foi condenado a centenas de anos de prisão. Ainda fica suja, diz hoje que quer voltar a concorrer.

5 POLÊMICAS

Grampos na cela

Investigação apontou que a cela onde ficou Alberto Youssef não era a dele, mas a de outro réu na sede da PF no Paraná.

tinha escutas ilegais. A defesa do doleiro hoje cita o episódio em tentativa de reverter o acordo de colaboração que foi firmado há quase dez anos.

Audiência de Dilema

Em março de 2016, Sérgio Moro tirou o sigilo de telefones e mensagens de celular de algumas investigações. Gradualmente, instâncias superiores reviram essa prática, criticada pelas defesas e apelada de "juízo universal de Curitiba".

Risadas com Aécio

Em 2018, Moro foi fotografado em evento pela Folha com colegas de trabalho. As imagens foram divulgadas, gerando críticas e questionamentos sobre a conduta do juiz.

Dinheiro para fundação

Em 2019, foi barrada no STF tentativa de criar uma fundação privada com recursos pagos como indenização pela Petrobras nos Estados Unidos. No plano dos procuradores, essa entidade administraria um fundo com metade dos R\$ 5,5 bilhões pagos.

Deleção de Palco

Moro tirou o sigilo de depoimentos do ex-ministro com acusações ao PT falando meses de uma semana para a eleição presidencial de 2018.

5 MÉTODOS

Prisões preventivas

Só em Curitiba foram expedidos ao menos 12 mandados de prisão preventiva (sem prazo e antes de julgamento). Detenções que se alongavam por meses e que eram mantidas cortes superiores acabavam levando os acusados a ver nos acordos de colaboração a única saída.

Sequência de delações

Os acordos de colaboração premiada foram um dos pilares da Lava Jato, sem os quais as investigações não teriam chegado tão longe. As revelações trazidas por delatores acabaram estimulando outros suspeitos envolvidos a também colaborar, criando um efeito dominó.

Foco na comunicação

Procuradores da operação tinham uma notória preocupação em obter apoio da opinião pública para a continuidade das investigações. Entrevidas as descobertas por meio da

publicidade dos processos ajudavam na meta.

Concentração de casos

Os processos e inquéritos da Lava Jato tramitavam no início exclusivamente nas mãos do então juiz Moro, sob alegação de que os casos estavam interligados. Gradualmente, instâncias superiores reviram essa prática, criticada pelas defesas e apelada de "juízo universal de Curitiba".

Condições coercitivas

A prática de levar suspeitos para depor de madrugada, obrigando-os a usar roupas identificadas, gerando críticas e questionamentos sobre a conduta do juiz.

Saída de Moro

Em 2018, a iniciativa de Moro de sair da magistratura para virar ministro de Jair Bolsonaro comprometeu a credibilidade da operação e virou até motivo para a anulação de suas decisões, em 2021.

Envio de casos para a Justiça Eleitoral

Em março de 2019, o STF decidiu que casos da Lava Jato relacionados a caixa de campanha deveriam tramitar na Justiça Eleitoral, não na Justiça Federal. A medida provocou a anulação de uma série de sentenças que já tinham sido expedidas.

Vara Jato

Em junho de 2019, o site The Intercept Brasil começou a divulgar diálogos de procuradores e de Moro no aplicativo Telegram. As conversas mostravam proximidade entre juiz e acusação e impediram a reversão de algumas decisões no Judiciário.

Soltura de Lula

Lula deixou a cadeia em novembro de 2019, depois que o STF cassou a prisão de condenados que tivessem recursos pendentes no Judiciário. O novo entendimento foi um dos principais reveses da operação.

Fim das forças-tarefas

Em fevereiro de 2022, a Procuradoria-Geral da República encerrou as forças-tarefas de investigação.



Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem

Reportagem